



BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE PROJETO MEMÓRIA ORAL

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Hoje, 11 de junho de 2007, a Biblioteca Mário de Andrade registra o depoimento do professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, para o Projeto Memória Oral da instituição, iniciativa esta que vem sendo desenvolvida com o objetivo de resgatar a história da Biblioteca Mário de Andrade de uma forma matizada, através de narrativas orais dos seus mais diferentes protagonistas: antigos funcionários, diretores, colaboradores, pesquisadores, artistas e intelectuais. Na direção de captação audiovisual deste registro, Sérgio Teichner, e na condução do depoimento, Daisy Perelmutter.

Daisy Perelmutter: Professor, nós gostaríamos de começar esse depoimento perguntando para o senhor quais foram os fatores familiares e sociais que contribuíram para que o senhor desenvolvesse, desde muito cedo, um forte sentimento cívico para com o seu país.

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Veja, o meu pai foi advogado, jornalista, político, foi deputado estadual na primeira Constituinte de São Paulo em 1947 pelo PTB¹, foi dono de um jornal, o jornal *O Tempo*, voltou a ser advogado e depois terminou a vida como romancista. Então ele era um intelectual e um homem muito voltado para as questões públicas.

A minha mãe era professora primária, uma mulher muito inteligente, muito sábia, que acreditava na educação, piamente; ela era uma excelente professora, de forma que eu acho que, além do pai e da mãe – o pai mais teórico e a mãe mais prática, mais sábia talvez – eu tive na família, especialmente o meu tio Barbosa Lima Sobrinho; que na verdade não é meu tio, ele era casado com a minha tia, irmã do

meu pai, Tia Maria José. Ele foi um grande intelectual, um grande nacionalista, um jornalista; esse também marcou a minha infância. Eu acho que as origens estão aí, nessas três figuras, fundamentalmente; deve ter outras, mas...

Depois eu fiz grupo escolar, mas depois eu fui para o Colégio São Luís. Era uma coisa bastante estimulante, embora profundamente repressiva; do ponto de vista sexual, especialmente, aquilo era um horror, mas do ponto de vista de professores, tinha uns professores muito bons, foi uma coisa bem interessante. E aos 16 anos eu descobri a Ação Católica, numa sala de dentista, aqui nesta Praça Dom José Gaspar. Eu encontrei o Jorge Cunha Lima, era filho de uma amiga da minha mãe e nosso vizinho desde que eu tinha quatro anos de idade. E o Jorge, que era muito entusiasmado, começou a contar da JEC, da Juventude Estudantil Católica, eu fiquei fascinado, e também da “Turma do Relógio”, que se encontrava ali às sete horas da noite embaixo do relógio do Mappin, na Praça Ramos de Azevedo, para conversar sobre altas teorias e depois ir ao cinema.

DP: Isso foi em que ano, professor?

LCB: Eu tinha 16 anos - eu nasci em 1934 - isso é 1950. A abertura para esse grupo... Era um grupo bem intelectualizado. No Colégio São Luís, eu tinha um amigo que era muito intelectual, o Manuel Gonçalves Ferreira Filho, que é um professor da USP², de direito constitucional – sempre muito conservador, o diabo do Maneco – nós vivíamos debatendo por causa disso, mas ele também foi importante. Na JEC, eu encontro um número grande de intelectuais, jovens intelectuais, alguns mais velhos. E encontro também toda uma referência religiosa, que naquele tempo era entendida como catolicismo moderno. O fundamental era Pierre Chardon, não, o fundamental era Jacques Maritain e depois vinha Pierre Chardon e Emmanuel Mounier, Raissa Maritain, a mulher, e Alceu Amoroso Lima e um pouco Gustavo Corção, embora conservador demais. Isso faz parte da minha formação mais básica, digamos. Nessa data de 1950, é também quando eu começo a trabalhar no jornal do meu pai, aí vai ser toda uma experiência completamente nova no jornal do meu pai. E nesse jornal a minha grande experiência foi encontrar o Hermínio Sacchetta, que

¹ Partido Trabalhista Brasileiro

² Universidade de São Paulo



foi um grande jornalista, marxista e trotskista; ele era diretor de redação do jornal, era um sujeito ótimo, conversava muito. Eu tinha 16 anos e então estava ali, conversando com ele. Tinha, inclusive, uma hora, quando chegava seis horas, seis e meia da tarde, que havia uma pick-up do jornal que saía da Rua dos Andradas ou da Luz, dependendo do momento que estava, e ia até o Pacaembu, onde eu morava e depois ia até a casa dele, depois ele voltava à noite e eu não voltava. Então nós íamos conversando e eu aprendi muito de marxismo, foi muito importante para mim também, ele me explicando coisas do marxismo e eu tentando provar a existência de Deus, usando São Tomás.

DP: E conseguiu?

LCB: Eu acho que não. Tudo isso já acontecia depois que eu tinha passado por esta Biblioteca.

DP: E como foi esse encontro com a Biblioteca?

LCB: Lembro alguma coisa, eu lia muito aqui, muitas e muitas vezes. Quando menino eu morei em várias casas; minha mãe mudou de casa infinitas vezes. Quando eu tinha dez para 11 anos, nós nos mudamos para o Pacaembu, bem perto do fim da Avenida Paulista, Rua Itápolis. Era uma casa que minha mãe e meu pai construíram, então era fácil vir para a Biblioteca. Eu saía de casa, andava cem metros, pegava o bonde na Rua da Consolação e o bonde me trazia até a porta da Biblioteca.

DP: Mas a vinda à Biblioteca foi uma iniciativa do senhor, ou isso foi estimulado pelos seus pais?

LCB: Eu acho que deve ter sido estimulado – ou pelo menos sugerido – pelo meu pai, ou pela minha mãe, não tenho certeza. Como eu devia ter entre 11 e 12 anos... Eu lembro bem que os primeiros livros que eu li já eram livros adultos; depois do Monteiro Lobato, porque aquilo era uma maravilha. Foi o meu pai que me orientou, não foi a minha mãe. E foi meu pai também que me falou de Michel Zevaco. Eu já



tinha lido todo, todo não, mas uma boa parte do Alexandre Dumas; eu li também *Ivanhoé* do Sir Walter Scott. Aí eu descobro que do Scott só tinha o *Ivanhoé* disponível. Agora, eu vindo aqui na Biblioteca, nesse salão, eu lia o resto do Sir Scott. Isso eu, com 12, 13 anos, vinha e ficava sentadinho lendo o romance do Sir Walter Scott e depois lendo também os folhetins - que já haviam sido publicados em português e estavam encadernados - do Michel Zevaco, o Dartanhan; Dartanhan, não, como era o nome do herói do Zevaco?... são espadachins também, mas ele conta a história da França, mas a França do século XVI, é anterior às histórias d'*Os Três Mosqueteiros* do Alexandre Dumas, não tem a mesma qualidade histórica, literária, digamos; mas são muito interessantes para um menino.

Então eu frequentei bastante nessa época a Biblioteca, no seu salão, seu grande salão, que está igualzinho. Era bonito, continua bonito, mas agora está um pouco estragado, mas vai ficar melhor, tenho certeza.

Em seguida, eu descobri a biblioteca circulante. Aí, já um pouco mais velho, eu comecei a retirar os livros da biblioteca circulante, que eram ótimos, tudo essencialmente literatura.

DP: O senhor ia descobrindo sozinho? Esse garimpo o senhor fazia...

LCB: Ah, isso eu não sei. Eu acho que não, mas aí eu tinha meu pai, tinha minha mãe; minha mãe era ótima para essas coisas também. Já estava no Colégio São Luís, eu aprendia literatura lá, o que realmente me orientou nos livros. Eu sei que eu era um leitor de romance, terrível, desde os 11 anos, e esta Biblioteca me ajudou muito nessa parte.

DP: O senhor lembra como que funcionava, se tinha um funcionamento adequado?

LCB: Sim, adequado, muito eficiente, seja no salão, que o livro vinha depressa, seja na biblioteca circulante.

DP: Aqui não era um espaço monumental demais para uma criança?

LCB: Não, eu me sentia muito bem aqui, era minha casa, eu estava muito bem aqui.



Era minha casa aqui, não era nada agressivo. O que era muito impressionante era a escultura da leitora³, é do Brecheret?

DP: Não, não é do Brecheret, é do Fraccaroli.

LCB: Ah, não é do Brecheret? Fraccaroli... mas é uma coisa muito impressionante, e o prédio é muito bonito, mas não me atemorizava não, eu estava muito acostumado.

DP: Justamente no momento que você vinha aqui, quando criança, era o momento que tinha os “adoradores da estátua”. O professor Bento Prado fez parte desse grupo, era um grupo que ficava orbitando em torno da estátua...

LCB: Não, eu não fiz parte desse grupo. Mais adiante, a turma do relógio vai desaparecendo, mas vai surgindo uma outra turma, que era a turma da Biblioteca, que ficava aqui na Praça Dom José Gaspar, tinha num bar aqui atrás... esqueci o nome dele... Paribar, que eu frequentei várias vezes, mas eu não posso dizer que eu fosse um membro desse grupo.

DP: Quem eram essas pessoas?

LCB: Certamente o Jorge Cunha Lima, o Paulo Cotrim, mas já estava entrando um outro grupo, mais jovem. Eu sempre me lembro do Jorge Mautner, era uma pessoa que valia a pena vocês entrevistarem, mas...

Eu, já com 17 anos, fazendo 18, eu já entrei na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, aí eu não voltei mais a frequentar aqui a Biblioteca. A Biblioteca que eu frequentava, de vez em quando, não muito, porque eles não exigiam muito - era tudo apostila e livros que se podia comprar na livraria - mas a biblioteca que eu frequentava era da própria Faculdade de Direito.

DP: O que levou o senhor a fazer Direito, foi uma determinação dos pais?

³ A *Leitura*, escultura de Caetano Fraccaroli, que fica no *hall* de entrada da Biblioteca



LCB: Não, o meu pai era advogado e, na minha classe social - que era a classe média alta - as escolhas, naquela época, eram fundamentalmente quatro: medicina, direito, engenharia e arquitetura; eram as quatro profissões reconhecidas. A ideia de fazer Letras, por exemplo, no meu grupo social não existia. De forma que aí, então, no Colégio São Luís a opção era essa. Eu logo optei pelo clássico e o clássico significava fazer direito, porque sempre as humanidades me interessaram muito mais do que as ciências, matemática - matemática também é humanidades - mas enfim, as ciências sociais e as humanidades *stricto sensu* sempre me interessaram mais do que a matemática e certamente as coisas técnicas, que nunca me interessaram nada, então não dava para ir para a engenharia. Medicina é uma coisa interessante, mas muito complicado, médico precisa cuidar bem de pessoas individualmente, senão não dá bom médico.

Bom, eu continuei lá na Ação Católica, agora era JUC, mas nesse período, com 16 anos... Eu vejo que o ano de 1950 foi importante na minha vida, porque, no ano 1950, eu também me matriculo no curso de cinema no Museu de Arte de São Paulo, aqui na Sete de Abril. Eu passo a vir todas as noites de segunda a sexta, durante um ano, fazer o curso, era das oito às dez. Era um bom curso, o diretor se chamava Marcos Margulies. Eu tive alguns professores, eu sempre lembro do autor do *O Saci*, o Rodolfo Nanni. E eu tinha dois colegas, principalmente a Zulmira Tavares, que naquela época já era séria; e o outro era o Máximo Barro, que no último ano me ajudou na coluna de cinema, depois virou montador, hoje é professor de cinema aqui da FAAP⁴. Aquilo foi muito interessante e no final do curso eu consegui ser crítico de cinema no jornal do meu pai, *O Tempo*.

DP: E quais foram as suas críticas?

LCB: Eu fiz muitas resenhas, elas estão no meu *site*. De algumas delas, eu me arrependo profundamente. Esses dias eu fui reler uma resenha do *Cangaceiro*, do Lima Barreto, que é um belo filme, foi um filme importante na história do Brasil, eu fui muito impiedoso com o filme, o que vai fazer? Eu não fui muito gentil, e devia ter sido, porque eu revi o filme depois e gostei muito mais do que naquela idade.

⁴ Fundação Armando Álvares Penteado



DP: E essas pessoas que o senhor via no curso de cinema, que se tornaram grandes amigos, também orbitavam em torno da Biblioteca? Porque há todos os indícios de que havia esse circuito integrado.

LCB: Eu acho que sim, mas eu nunca conversei... A Zulmira, certamente, porque é uma notável escritora.

DP: A gente entrou em contato com ela, mas, por incrível que pareça, ela disse que não foi uma frequentadora assídua da Biblioteca.

LCB: Os outros não... Ah, teve um coisa interessante aqui na Biblioteca, porque em 1955 acontece uma coisa muito importante na minha vida. Em janeiro de 1955 eu estava começando o 3º ano de direito, eu estava na colônia de férias da JEC, em Itanhaém, e em cima da mesa estavam muitas revistas, inclusive o *Caderno do Nosso Tempo* número quatro do ISEB⁵. Eu desconfio que tenha sido o Jorge Cunha Lima que deixou lá, que também era da JEC e conhecia o Candido Mendes. E eu conhecia o Candido, ele era católico, continua católico, e fazendo palestra e tal. Aí eu comecei a ler a revista que fazia uma análise das eleições que iriam acontecer naquele ano. Eu fiquei fascinado com as coisas que estavam na revista porque, na verdade, era um grupo que estava desenvolvendo um modelo novo para a compreensão da economia brasileira, da sociedade brasileira, do Estado brasileiro, havia uma revisão da história do Brasil. A história do Brasil era colonial até 1816 e 1822, mas de 1822 até 1930 – eu aprendi naquele dia – o Brasil era um país semicolonial e o Brasil só se tornava realmente uma nação e começava a fazer sua revolução industrial e nacional em 1930, com a Revolução de 30 e Getúlio Vargas. E aí a grande associação entre empresários industriais, trabalhadores e burocracia pública, para fazer frente à oligarquia que havia dominado o Brasil até 1930; oligarquia formada fundamentalmente pela agricultura exportadora, pelas famílias cafeicultoras e o imperialismo inglês e depois americano, que queria manter o Brasil eternamente agrícola, a partir da lei das vantagens comparativas do comércio

⁵ Instituto Superior de Estudos Brasileiros



internacional. Eu fui lendo tudo aquilo e fui ficando absolutamente fascinado, eu sei que eu li a revista quase toda, eu tomei a decisão, minha decisão era – eu ia ser juiz de direito – eu tomei a decisão firme e forte de que eu não ia mais ser juiz de direito, eu ia terminar a Faculdade de Direito, porque eu já estava noivo, ou quase noivo – vou fazer cinquenta anos de casado daqui a alguns dias – e resolvi que eu seria sociólogo ou economista do desenvolvimento, não sabia bem se seria sociólogo ou economista, mas eu sabia que era do desenvolvimento.

DP: Mas era uma opção bastante precisa, para alguém da sua idade, tomar uma decisão dessas...

LCB: Porque assim eu ia poder contribuir para o Brasil e tal, tal, tal. E foi isso que orientou a minha vida a partir de então. E aí a Biblioteca entra outra vez, porque eu não sei exatamente em que ano – acho que foi 1957, 58, 56 – o Roland Corbusier dá um curso aqui neste auditório, esse curso foi à noite. Eu assistia religiosamente essas aulas, eu não podia ir para o Rio de Janeiro, estava precisando casar, estava terminando a faculdade de direito, não tinha condição nenhuma, o meu pai estava falindo com o jornal, meu sogro não era rico, o negócio era tratar de cuidar da vida. Aí eu comecei um trabalho grande, eu me formei em 1957, eu não queria ser advogado, muito menos juiz de direito porque você tinha que fazer concurso, então nem me inscrevi na Ordem.

Nessa época, eu trabalhava como jornalista; tinha continuado n’*O Tempo* e tinha ido para o *Última Hora*. Eu fiquei no *Última Hora* dois anos, dois anos e meio, ocupei cargos, tinha uma coluna, mas era muito nacionalista, e o diabo do Carlos Rizzini, diretor do jornal, fechou a minha coluna; eu era copidesque. Depois, no final, eu, com 22 anos, me tornei secretário da primeira edição, que era menos importante, aquela que saía de madrugada – o diretor geral de redação era o Rizzini, o Álvaro Paes Leme era quem fechava a segunda edição, de manhã cedinho –, mas acontece que eu não recebia salário, eu recebia com três meses de atraso, um drama. Resultado: eu mudei para a publicidade. Apareceu uma oportunidade de trabalhar em publicidade e eu fui, mas sempre com a ideia de que estava ali provisoriamente, porque eu estava procurando fazer uma pós-graduação, alguma coisa na área de economia, sociologia.



Depois de várias tentativas frustradas, em 1958, apareceu a Fundação Getúlio Vargas; meu irmão era aluno da Fundação, era um curso novo e aí tinha concurso, aí eu fiz o concurso em 58 para a Fundação. Ainda teve uma passagem, porque eu tinha que ser professor de Administração, eu não podia ser de Economia, nem de Sociologia, eu aprendi tudo que eu podia de sociologia e economia, no final eu fiz meu doutorado e livre docência em economia.

DP: Professor, e essa militância católica? Em vários textos seus o senhor afirma que ela deixou marcas, legados importantes.

LCB: Deixou, porque há sempre um aspecto bom na Igreja Católica, como em qualquer religião, certos valores que você aprende; mas, na verdade, eu abandonei a religião, o catolicismo, a Igreja etc. Isso foi um pouco depois, quando eu fui para os Estados Unidos, em 1960, eu cheguei à conclusão – menos estudando Marx e muito mais estudando a sociologia americana – que, definitivamente, tudo aquilo não fazia muito sentido, embora fosse a Igreja uma coisa muito concreta, muito material, como qualquer igreja; embora a religião fosse uma coisa muito necessária para os homens, porque dá segurança a eles, contra o desconhecido, especialmente a morte; embora as religiões sejam muito importantes para a sociedade porque elas ajudam as sociedades a se autorregularem. Os dez mandamentos servem para coisas importantes, por exemplo.

Apesar de tudo isso, me parecia que a religião se tornava menos importante. Eu estava enganado, porque hoje ela continua importante, mais do que devia. O fato concreto é que eu abandonei isso. Mas eu ainda tive duas experiências importantes em relação à Igreja. Uma foi que eu, em 1968, já fazendo doutoramento para economia – eu sempre fui um economista muito estranho, um economista-político que também se interessou por sociologia...

DP: Um heterodoxo naquele momento, professor.

LCB: Eu não gosto dessa palavra heterodoxo, mas enfim, era um economista-político. Em 1968, eu começo a ver o movimento estudantil. E o Oscar Pedrosa Horta escreve, em fevereiro de 1968, no *Estado de São Paulo*, uma série de



reportagens sobre a revolução estudantil. Ele era um grande repórter. Eu fiquei fascinado e comecei a escrever um ensaio, um longo ensaio sobre a revolução estudantil. Eu escrevi entre fevereiro de 1968 e agosto, de forma que passou o maio de 68 e eu estava escrevendo. Aí terminei o ensaio e levei-o para ser publicado pela Editora Perspectiva. A Zulmira – fazia anos que eu não via a Zulmira – era consultora editorial da editora e deu um parecer favorável – me olhando brava, ela era mais brava porque era mais forte, fisicamente – mas aí eu cheguei para o Jacó Ginzburg e disse: “É um ensaio de setenta páginas, é pouco, está acontecendo uma revolução política na Igreja Católica”. Tinha havido, já em 64, o Vaticano Segundo, o Concílio do João XXIII, que já havia mudado muita coisa. E aí, em 68, naquele momento que eu estava falando com o Jacó, estava acontecendo a Reunião de Medellín, dos bispos, anterior à Teologia da Libertação, e que ia fazer a grande revolução da Igreja Católica latino-americana. E eu disse para o Jacó Ginzburg: “Eu volto daqui a três meses com um ensaio de umas trinta páginas”. Só que eu demorei um ano, escrevi cem páginas e o resultado disso é um livro que se chama *As Revoluções Utópicas*, que foi reeditado recentemente.

Antes disso, eu já havia publicado o meu primeiro livro, que se chama *Desenvolvimento e Crise no Brasil*; é um livro que eu escrevo entre 1963 e 68 - ele é publicado em agosto de 68 - um livro que está na linha do ISEB, porque ele está nos primeiros capítulos fazendo a análise da revolução nacional, industrial, que são, na verdade, a revolução capitalista brasileira. Mas aí mostra que a partir de 1960 está acontecendo uma grande crise e faz a análise dessa crise e já explica como o modelo do ISEB e da CEPAL⁶, que eram muito semelhantes, começaram a entrar em crise e dá as razões para isso; e depois, no final – já tinha 64 atrás – faz uma crítica muito forte aos militares e a política econômica do governo militar da época.

DP: E como que foi a repercussão?

LCB: A repercussão foi magnífica, o livro esgotou em três meses, só que em dezembro de 68 veio o Ato 5 e fechou tudo outra vez. Porque havia uma certa abertura depois de 64...

⁶ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe



DP: Nessa época o senhor já estava lecionando na GV há uns dez anos...

LCB: Já estava lecionando na GV. Já tinha terminado o livro em 67, estava escrevendo os ensaios sobre os estudantes e a Igreja. Mas aí o Jorge Zahar, da Editora Zahar, que foi um grande editor, me disse que não dava para publicar o livro porque a repressão naquele momento estava muito violenta. Ele tinha razão. De forma que passaram dois anos e, em 1970, um amigo em comum – acho que foi o Candido Mendes de Azevedo – contou ao Caio Graco Prado que eu tinha esse livro e o Caio me procurou e disse que queria publicar na Brasiliense. Aí eu fiz pequenas modificações, quase nenhuma, e saiu a segunda edição; o livro continuou vendendo muito, e a situação já estava um pouco melhor.

DP: O senhor, como professor, não sofreu nenhum tipo de ação, represália, interferência, censura?

LCB: Sofri, sofri. Houve o seguinte: eu fazia críticas muito fortes à política econômica, também fazia à ditadura, mas fazia mais sobre a política econômica. E o Roberto Campos – depois ele ficou meu amigo; amigo em termos, nós tivemos boas relações já nos anos 1990 – o Roberto Campos ficou muito bravo. Ele estava saindo naquele momento do Ministério do Planejamento onde ele tivera um papel decisivo no governo Castelo Branco, e ele foi, com todo o prestígio daquele momento, ao Simões Lopes, presidente da Fundação naquela época, e pediu a minha cabeça. Aí foi muito importante o Gustavo de Sá e Silva, o diretor da Escola, que me defendeu, e o Simões decidiu não me demitir. Mas foi engraçado, eu estava nos Estados Unidos, e eu recebo um aviso da Escola que o Roberto Campos queria fazer um debate público comigo. Ele já era um ilustre economista, ex-ministro; eu era um jovem saindo dos “cueiros”, mas enfim. Eu disse tudo bem, mas aí o Roberto caiu em si e resolveu que não queria mais e propôs um almoço. Então lá fomos: ele, um assessor, o Gustavo, que era um outro professor da Escola e eu, almoçar no Ca'd'Oro. E o Roberto veio com o livro todo assinalado de amarelo e tivemos um debate amável ali no almoço e tudo bem, e acabou a história. Não acabou a história porque ainda tinha um inquérito policial militar, mas esse inquérito não deu em nada,



não me aborreceram, e o Manuel Gonçalves Ferreira Filho, quando foi chefe de Gabinete do Buzaide, no regime ditatorial, descobriu o processo lá e deu encerramento a ele.

DP: Professor, o orientador da sua tese de doutorado foi o Delfim?

LCB: Inicialmente. Estive com ele agora numa reunião na FIESP⁷. Eu fiz o concurso na Fundação em 1958, entrei em primeiro de abril de 1959 – minha carteira de trabalho diz – depois fui fazer o mestrado. Eu acho que sou o decano da Fundação Getúlio Vargas, sou o professor regular mais antigo, além de ser o único emérito. Fiz o meu mestrado lá e – lembra da minha decisão de querer ser sociólogo ou economista do desenvolvimento?, e era nessa ordem – quando cheguei ao Brasil, em setembro de 1961, eu bati na porta do professor Florestan Fernandes...

DP: Essa história é ótima! Precisa contar com detalhes.

LCB: Infelizmente eu sou péssimo para lembrar dos detalhes, a minha memória não é boa para isso. Mas eu marquei hora e cheguei na sala dele, disse que eu estava fazendo uma pesquisa sobre as origens étnicas e sociais dos empresários paulistas – era uma pesquisa puramente sociológica – e que eu estava muito interessado em fazer um doutoramento com ele. Mas ele me recebeu com grande frieza, não mostrou nenhum interesse, quer dizer, evidentemente um jovem que vinha da Faculdade de Direito não agradava, e tinha ido fazer um MBA nos Estados Unidos, em *business*, e vinha de uma escolinha que ninguém conhecia naquela época, que era a G.V., eu sei que ele não deu a mínima.

DP: E o senhor ficou frustrado?

LCB: Eu fiquei frustrado porque eu percebi que ali não tinha... Naquela época não tinha doutorado regular, não havia um curso que você pudesse se inscrever e ser admitido ou não, era uma relação pessoal de professor com aluno. Eu não conhecia

⁷ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo



nenhum professor, nem alunos na sociologia, nas ciências sociais.

DP: O Fernando Henrique, você não conhecia?

LCB: Eu só vim a conhecer o Fernando Henrique bem mais tarde, em 1970; eu assisti a tese de titular dele em 1969 e quando ele me convidou para o conselho do CEBRAP⁸, em 1970, eu o conheci. Mas o professor Florestan deu não e ponto final. E eu não tive muito tempo para reagir.

Dois meses depois, em janeiro de 1962, a UNESCO realizou aqui em São Paulo uma conferência internacional para a qual vieram o Nicolas Kaldor, o Anatole Kaletsky, o Hale e o Timberland⁹, ou seja, quatro grandes economistas, três grandes economistas. Talvez o Hale também. Eu assisti toda a conferência e dei palpite a todo o tempo. E quem coordenava a conferência era o Delfim, que era um gordinho que passava para lá e para cá, e eu fui lá e pedi a ele para ser meu orientador e ele topou.

DP: O senhor era ousado, ia lá e...

LCB: Eu tinha que fazer, eu tinha que sair, estava definido que eu ia fazer isso. Dentro da Fundação não tinha o espaço, não podia fazer doutorado lá, depois se abriu, mas eu estava com pressa. Comecei o doutorado com ele, participei dos seminários que ele realizava; tinha uns seminários que eram às sextas-feiras com salgadinhos e uísque, tinha outros seminários, e eu era sempre um pouco estranho no ninho. Mas o Delfim, naquela época, já era nacional-desenvolvimentista, depois ele deu um ar de que não era mais, mas continuou sendo; ele usava o Celso Furtado, tudo isso. E eu aprendi um pouco de economia naquela época, foram uns três ou quatro anos, só que eu não conseguia fazer o meu exame, só no finalzinho eu consegui fazer um exame, tinha que fazer dois exames. Mas depois o Delfim saiu para a política, em 1965.

E eu só fui defender minha tese de doutorado na FEA¹⁰, já no campus da

⁸ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

⁹ Transcrição fonética do nome

¹⁰ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade



USP atual, mas eu defendi uma tese de doutorado em economia com uma tese de sociologia. A orientadora era a professora... me fugiu o nome, ela teve um papel muito amável, mas ela não teve nenhum papel substantivo na tese, uma professora de cooperativas e boa pintora também, o nome de repente, foi-se embora. Eu defendi a tese em 1972, é uma tese chamada *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas*, que era uma segunda pesquisa que eu tinha feito com empresários, além daquela sobre as origens étnicas e sociais.

DP: O senhor entrevistava os empresários? Como que o senhor fez essa pesquisa?

LCB: Foi uma pesquisa feita com pesquisadores, não foram entrevistas pessoais; tanto uma quanto a outra. A primeira foi com os empresários, porque a ideia era descobrir as origens étnicas e sociais dos empresários e, portanto, os dados obtidos eram daqueles que fundaram a empresa ou haviam desenvolvido decisivamente a empresa; podia estar vivo ou morto, eram só informações objetivas. A segunda pesquisa, que teve o Rattner participando e o Orlando Figueiredo, era baseada na primeira, mas usava mais os dirigentes atuais das empresas, mas também eram perguntas objetivas, não eram conversas, não. Eu não entrevistava pessoalmente. O Eduardo Suplicy foi entrevistador em uma das minhas pesquisas, depois ficou muito amigo meu, ele era aluno da GV. Eu fiz o doutorado em economia desse jeito, sempre com um pé na sociologia, depois na ciência política também, porque aí eu estudava o Estado, essas coisas.

DP: Naquele momento o senhor dialogava muito com os cientistas políticos?

LCB: Ah, sim. Eu estava estudando por minha conta, mas eu não tinha um grupo com quem estudar, com quem dialogar muito, não. Na GV eu tinha, eu tinha lá, eu era do Departamento de Ciências Sociais da GV, então tinha lá o professor Antonio Angarita da Silva, que era uma pessoa de excelente cultura, com quem eu aprendi bastante, dez anos mais velho que eu; tinha o Juarez Brandão Lopes, tinha outros professores, então já comecei a conversar lá. Quando o CEBRAP é criado em 1970, eu me torno membro do conselho do CEBRAP, aí eu vou ter um diálogo com o pessoal do CEBRAP, vou me aproximar da Escola de Sociologia Paulista. Quando



eu chego no CEBRAP eu estava realmente interessado nas ideias de esquerda, ou melhor, social-democráticas, porque eu nunca fui extrema esquerda na vida, mas desde o ISEB, eu era centro esquerda e nacionalista. Mas meu nacionalismo foi perdendo um pouco do seu vigor. Quando eu chego no CEBRAP, eu não percebi direito o que estava acontecendo, mas eu percebi que havia ali um número grande de pessoas – das quais eu inicialmente excluí o Fernando Henrique por equívoco meu – como o Chico de Oliveira, por exemplo, que faziam uma crítica muito violenta ao ISEB, à CEPAL, ao que eles chamavam do dualismo e à ideia da burguesia nacional. Burguesia nacional não havia, quem tinha inventado isso era o Fernando Henrique, mas eu não sei, eu fiquei amigo dele e decidi não olhar o Fernando Henrique. Ele é impossível, ele é muito charmoso, muito agradável, o Fernando Henrique ficava separado.

Eu escrevi, nos anos 1970, eu começo a fazer a análise do modelo brasileiro dos anos 70. Eu fiz o primeiro artigo completo; um artigo de 1970, chamado *Dividir ou Multiplicar. A concentração de renda e a recuperação da economia brasileira*, que inaugura toda uma análise; mas que era muito parecida, sob certos aspectos, com a teoria da dependência do Fernando Henrique, por analisar a mudança de modelo; mas era completamente diferente e isso eu não percebi, porque eu continuava achando que havia uma burguesia nacional e que a burguesia nacional e uma ideia de nação eram muito importantes. Eu publiquei um livro importante nos anos 1970, dois livros importantes: um que é *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* e que é toda uma análise do modelo brasileiro dos anos 1970; o modelo dos militares, concentrador de renda, modernizador, etc e não só do Brasil, ele tentava ser mais geral e, aliás, isso foi um erro meu, eu devia ter ficado só no Brasil, ficava mais específico. E fiz uma outra coisa muito importante porque comecei a discutir, a partir de 1975, eu percebi que estava começando uma mudança política importante no Brasil, porque os empresários começavam a fazer a crítica da estatização e a campanha contra a estatização. Em abril de 1977, teve o Pacote de Abril do Geisel e aí eu vejo toda a sociedade – e também os empresários, que até então estavam calados do ponto de vista político – começar a criticar o governo fortemente. Aí eu escrevi uma série de artigos na *Folha* – desde 1974, 1975, eu escrevia regularmente na *Folha* – e esses artigos depois eu faço uma série de adaptações e se transformam num livro, *O Colapso de uma Aliança de Classes*,

era o colapso de uma aliança dos empresários da burguesia industrial nacional com a burocracia do Estado.

E nesses anos, eu escrevi três livros importantes; porque em 1972 eu tinha publicado o livro *Tecnocracia e Contestação*, onde tinha aqueles dois ensaios que eu falei da revolução política da Igreja e do movimento estudantil, mas tinha uma coisa nova que ia me ocupar muito nos anos 70 que é a teoria sociológica da nova classe média profissional ou tecnoburocracia; o ensaio chama-se *A Emergência da Tecnoburocracia*, é um ensaio do qual eu gosto muito. Depois eu escrevi um outro ensaio, aí o Chico de Oliveira, numa conferência no CEBRAP, disse: “Mas se tem classe tem que ter modo de produção”. E aí, quatro anos depois eu apareci com um *paper* chamado *Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção*, em que eu mostrava que havia um modo de produção correspondente, que havia uma relação de produção correspondente, que era organização, era uma coisa muito interessante.

DP: Nesses anos todos, você estava ligado ao CEBRAP? O senhor era uma voz solitária? Essas teses todas que o senhor defendia...

LCB: Eu estava ligado ao CEBRAP, mas eu não trabalhava no CEBRAP, nós tínhamos contatos, mas mantínhamos uma certa autonomia. Eu continuava trabalhando na FGV e também trabalhava na iniciativa privada; eu fui diretor do Pão de Açúcar, então era meio período, meio período...

DP: O senhor tem essa capacidade de transitar em mundos que normalmente não conversam.

LCB: Eu tinha, 26, 27 anos. Eu tive meio período no Pão de Açúcar, 26 anos, por aí. De modo que eu tinha esse contato com eles, mas mantinha uma certa autonomia. Esse *paper* que eu escrevi sobre o modo estatal de produção, eu mandei para ser publicado no *Caderno de Estudos* do CEBRAP, mas o Gianotti... não havia santo que fizesse publicar, porque era muito heterodoxo em relação ao marxismo. Foi só por causa da intervenção do Fernando Henrique que o Gianotti publicou, mas mesmo assim com uma crítica dele junto - é de 1977. Como eu estava desanimando



de publicar no *Estudos* do CEBRAP, que era a única revista que podia publicar, eu também publiquei como primeira parte do livro. Mas você percebe, assim, que o meu tipo de pensamento não era o pensamento convencional que dominava o CEBRAP, de jeito nenhum.

DP: O senhor dava aula na GV, trabalhava como administrador do Pão de Açúcar e frequentava o seminário do CEBRAP, o que não era uma coisa comum.

LCB: E ainda fui presidente de uma instituição. Mas aquilo era fictício, que eu ajudei a inventar para fazer contratos com o governo militar, que assim dava um pouco de verba... porque assim dá um pouquinho de verba, o CEBRAP não podia fazê-lo.

DP: Era a Sociedade de Estudos Econômicos e Sociais, da qual o senhor foi Presidente?

LCB: Não sei, acho que era, não tenho certeza; era o próprio CEBRAP. Mas em 1981 eu publiquei na *Revista Dados* um *paper* que se chama *Seis Interpretações do Brasil*; esse *paper* é importante para mim, teve muita repercussão, a revista é muito boa. Eu colocava duas interpretações do Brasil pré-64: a interpretação da vocação agrária do Brasil e a interpretação nacional-desenvolvimentista ou interpretação da burguesia industrial; não me lembro exatamente o nome que eu dei. E depois eu dava quatro interpretações pós-64: a interpretação autoritário-modernizante, do Roberto Campos e do Golbery; a interpretação da superexploração imperialista, da teoria da dependência radical, do Gunter Frank, do Rui Mauro Marini; a interpretação que eu inventei, chamei de funcional-capitalista ressentida, que era de todo o pessoal do CEBRAP – menos o Fernando Henrique – e, por fim, a interpretação da nova dependência em que eu colocava o Fernando Henrique, eu e mais alguns que eu não lembro mais. Eu gosto do *paper*, mas hoje eu acho que o *paper* está errado porque eu deveria pôr o Fernando Henrique junto com os outros da interpretação funcional-capitalista ressentida ou, um nome mais adequado para elas, o da teoria da dependência associada, que foi o nome que o próprio Fernando Henrique usou para elas. Mas eu só ia descobrir isso agora mais recentemente, depois lhe conto.

Mas naquela época o que nos interessava era outro assunto; a teoria da



dependência já estava passando, o que nos interessava era a transição democrática. E eu tinha toda uma teoria que era uma teoria nova, que as pessoas não perceberam direito, mas era uma teoria nova; explicando a transição democrática através da mudança de posição da burguesia, porque, que o resto da sociedade estivesse contra era fácil de entender, mas a burguesia já era mais complicada. Hoje eu tenho um belo *paper* explicando isso: “*Why democracy became the preferred regime only in the twentieth century?*” - o nome é muito complicado.

Então eu vou participar muito ativamente da transição democrática até porque, quando chega em 1982, o Montoro me convida para participar dos estudos da campanha dele. Eu não era político, mas fui chamado e lá fui eu trabalhar com o Andrézinho, o Serra. Quando chega em 1983, ele me convida para ser presidente do Banespa e eu vou ficar durante dois anos presidente do Banespa e mais dois anos como chefe da cadeira do governo Montoro; onde eu participo de toda a Campanha das Diretas, participo da decisão que o Montoro tomou de fazer o comício da Praça da Sé. O Montoro foi o grande líder da campanha das diretas; o grande líder da oposição foi o Dr. Ulysses, mas da transição mais imediata foi o Montoro. Um homem de uma generosidade e um espírito público imensos, como também foi o Dr. Ulysses. Em 1966, eu convidei o Plínio de Arruda Sampaio para dar aulas na Escola; ele voltou em 1965. Em 1966 nós vamos almoçar juntos num restaurante aqui perto e dizemos: quem podia ser o candidato da esquerda nas eleições que ia haver em 1989, e aí chegamos à conclusão de que era o Fernando Henrique.

DP: Visionário...

LCB: O Plínio descobriu mais cedo que o Fernando Henrique já não era mais exatamente de esquerda, eu demorei mais tempo. Bom, mas no início dos anos 80, vai acontecer uma coisa muito importante, do ponto de vista intelectual, para mim. Mas antes de ir para o governo, dando uma aula na GV, em 1980, eu descubro a inflação inercial; eu descubro o fato de que a inflação é um processo em que as empresas aumentam alternadamente os seus preços de modo que são obrigadas a aumentar, uma indexação informal. Aí eu chamo o Yoshiaki Nakano com quem eu vinha estudando marxismo, depois teoria econômica, que já estava na GV, como colega - ele foi meu aluno, depois foi para os Estados Unidos e quando ele volta, já



como meu colega, nós vamos estar juntos, vamos ler *O Capital*.

DP: Com ele o senhor tinha mais afinidade do que com o pessoal do CEBRAP?

LCB: Sim, com ele era uma afinidade para valer. Nós estudamos muito juntos. E quando chega em 1982 eu chamo o Yoshiaki para escrever um *paper* sobre a inflação inercial, que chama *Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação*, que apresentamos na ANPEC¹¹, em 1983 que, a meu ver, é o primeiro *paper* na história do pensamento econômico brasileiro sobre a inflação inercial. O pessoal da PUC¹² ia fazer depois; um ano depois eles iam ter um *paper* completo, o Chico Lopes e o André Lupércio¹³ fizeram um mecanismo de atualização da inércia diferente da conversão contábil que nós apresentamos primeiro.

Eu começo a década de 1980 com duas batalhas, porque na minha vida sempre foram batalhas: era a batalha da transição democrática, que vinha desde a década de 70, e também havia a batalha de acabar com a alta inflação. E para as duas eu tinha meus instrumentos; instrumentos intelectuais, sempre. Eu tinha a teoria da transição democrática com base na participação dos empresários e o colapso com a aliança de classes, e agora a teoria da inflação inercial.

Nós publicamos um livro – Nakano e eu – em 1984. Aí nós temos a experiência fracassada da aplicação da teoria no Plano Cruzado, que foi um desastre profundo; e, em seguida, lá vou eu ser Ministro da Fazenda no governo Sarney. O Dr. Ulysses deu quatro nomes dentre os quais o meu, e o Sarney no final, ficou com o meu nome. A crise era profunda; não era só uma crise econômica e financeira. O Brasil estava com moratória já declarada, portanto, quebrado externamente, empresas falindo, Estados falindo, tinha tido uma receita brutal no ano anterior e depois tinha desaparecido a receita com o colapso do plano. Eu sei que eu faço uma política de emergência, isso não importa, não vou contar a história aqui dos sete meses e meio que eu fiquei lá. Eu fiz um plano que ficou famoso, o “Plano Bresser”, que não resolveu o problema da inflação, era um plano de emergência, nem era para resolver. E depois eu fiz uma coisa muito interessante,

¹¹ Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia

¹² Pontifícia Universidade Católica

¹³ André Lara Resende



que foi toda a negociação da dívida externa, uma ideia nova de negociação da dívida externa, que afinal foi o que resolveu o problema – um ano e meio depois que eu saí – com o “Plano Brady”, que foi baseado nas minhas ideias, minha proposta bem concreta.

DP: O tamanho do desafio o assustou, professor?

LCB: Não, porque quando me perguntaram isso... Na semana que eu assumi o Ministério eu fui para o Rio e encontrei o Celso Furtado e depois vim para São Paulo e encontrei o Olavo Setúbal; os dois tinham a mesma idade mais ou menos, os dois tinham a mesma inteligência, só que os dois são completamente diferentes, ideológica e profissionalmente, etc.; e os dois disseram para mim exatamente a mesma frase, quase que letra por letra: “Bresser, você é um louco, você está pegando o Ministério da Fazenda na maior crise desde 1930”. E era mesmo.

DP: O roteiro aqui é longo, mas...

LCB: Ah, vamos encerrar, não precisa dar conta de tudo, eu já contei bem mais da metade...

DP: Dar conta de tudo seria impossível...

LCB: Só deixa eu terminar de contar aquilo que eu estava falando, depois você faz a pergunta.

DP: Mas tem uma coisa importante, do Ministério da Administração.

LCB: Eu vou falar sobre isso. Mas enfim, eu estava te falando sobre o Ministério da Fazenda. Dado a impossibilidade de fazer o ajuste fiscal no governo Sarney, eu pedi demissão em dezembro. E eu acho que tinha razão, porque dois anos depois a economia brasileira estava em hiperinflação; a inflação foi a 80% em março de 1990. Os anos 90 começavam, é bom entender isso, começavam na base de uma brutal hegemonia ideológica americana. Naquele período do Ministério da Fazenda eu



tinha feito uma transição, como eu chamava, isso é importante, porque as minhas ideias de economia eram muito nacional-desenvolvimentistas, e o nacional-desenvolvimentismo implicava um conhecimento muito limitado de macroeconomia. Mas eu comecei a estudar mais macroeconomia, a dar aulas de macroeconomia, dar aulas de teoria da inflação, teoria de equilíbrio de balanças de pagamento. Na mesma época eu e o Nakano fazíamos um boletim – lá no Pão de Açúcar – de conjuntura macroeconômica que ajudava muito, isso desde o final dos anos 1970, porque o Abílio Diniz era membro do Conselho Monetário Nacional e precisava de um boletim. Isso tudo tinha me dado um conhecimento de macroeconomia muito melhor do que os meus colegas nacional-desenvolvimentistas. Acho que melhor também do que os ortodoxos que rezavam pela cartilha monetarista e coisa que o valha. O fato é que tentei aplicar isso no governo e não logrei; ao mesmo tempo, eu faço uma análise da crise fiscal do Estado e da crise do Estado brasileiro, portanto. Eu já estava estudando bastante o Estado através da tecnoburocracia, que não era só estatal, era privada. Depois estudei o estado especificamente nos anos 1970, naquele livro *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, e tudo isso se juntava para eu fazer a análise da crise do Estado, e eu vou publicar um livro no começo dos anos 1990 que se chama *A Crise do Estado*¹⁴, que reúne ensaios sobre esse assunto, é um livro que também eu gosto. Mas o fato concreto é que os anos 1990 foram anos de uma hegemonia ideológica americana brutal.

O Mário Covas me fez um convite para ser candidato a deputado, eu pensei muito, conversei muito com a minha mulher, que era contra; conversei com muitos amigos, muitos eram a favor, outros eram contra, mas afinal, um dia uma amiga, a Lidia Goldenstein, e um genro, o Élcio Tokeshi, me disseram uma mesma coisa que o outro, com dois dias de diferença, ou seja, que a minha contribuição seria mais importante para o país no plano intelectual do que no plano político. Eu acreditei na história e decidi não ser político. Eu viajei para o exterior – que eu tinha uma viagem marcada – aí quando eu voltei veio o Fernando Henrique me convidar para participar da campanha dele; eu não estava sendo candidato, ele era meu amigo, tinha acabado de resolver o problema da alta inflação, fazendo o Plano Real, aí eu entrei firme na campanha junto com ele. Quando eu chego ao governo... bom, são duas

¹⁴ *A Crise do Estado: Ensaios sobre a Economia Brasileira*



coisas, uma é a que você quer saber, então eu vou contar primeiro isso. Eu digo a ele que eu gostaria de ser Ministro das Relações Exteriores ou da Administração, ele escolhe a segunda, o que foi ótimo para mim, afinal, porque o Ministério das Relações Exteriores era mais prestigioso, mas eu não creio que eu tivesse chance de fazer muita coisa junto com o Fernando Henrique. Na Administração eu realmente tive um espaço muito grande.

DP: Tinha que arregaçar as mangas, professor...

LCB: Não só arregaçar as mangas, aquilo era uma Secretaria muito pequena, que o Fernando resolve mudar de nome quando viu que eu era a pessoa, ele pôs lá: Ministério da Administração e Reforma do Estado, mas continuava sendo uma Secretaria muito pequena. E os dois auxiliares dele no Planalto - que era o Clóvis e o outro o Eduardo Jorge - eles achavam que entendiam tudo, um de administração de empresas e o outro de administração pública. Eu, na opinião deles, não devia entender nada nem de uma coisa nem da outra, provavelmente. De forma que o clima não era muito bom.

Eu, assim que cheguei, quando o Fernando Henrique me convidou, disse que queria fazer uma reforma constitucional, porque eu queria flexibilizar a estabilidade dos funcionários públicos. O Fernando Henrique disse que não estava no programa, mas ele é um homem muito amável, muito correto e não me proibiu. E deixou que eu começassem a defender a ideia para ver no que dava. O meu discurso de posse já foi uma tempestade contra mim. Logo em seguida saiu um artigo n' *O Globo* de uma boa cientista política, que fala na CBN toda manhã, fazendo uma crítica violenta à minha reforma e, em seguida, colocando uma porção de coisas que era exatamente aquilo que eu propunha. Achei muito estranho, mas o fato é que eu insisti, depois de três meses a tempestade começou a diminuir e começou a haver um interesse cada vez maior pela minha reforma, não só da sociedade, mas também dos altos funcionários públicos; de forma que, no final daqueles quatro anos... Aquela foi a minha grande experiência de governo, a experiência como Ministro da Fazenda tinha sido frustrada, ficaram coisas que tinham sido boas, mas eu não tinha tido êxito afinal; enquanto que ali, eu tinha tido um êxito muito grande, porque eu fiz a segunda mais importante reforma do Estado brasileiro. Era uma reforma que estava baseada nas



ideias que haviam sido desenvolvidas na Inglaterra, na Nova Zelândia, na Austrália e também um pouco nos Estados Unidos com o “Reinventando o Governo”. Mas eu mudei muita coisa, fiz um modelo muito mais adaptado ao Brasil, desenvolvi um modelo teórico muito elegante. Juntei uma equipe de pessoas que ficaram entusiasmadíssimas com o modelo, vestiram a camisa completamente, e depois as pessoas que iam tomando conhecimento, a coisa caía como uma luva, que realmente estava na hora de começar aquela reforma, de forma que aqueles quatro anos foram absolutamente fascinantes. Eu escrevi um livro inteiro, organizei dois livros, escrevi um texto de filosofia-política, que dava fundamentação teórica, quase filosófica, para a reforma: chama-se *Cidadania e Res-pública: a Emergência dos Direitos Republicanos*. Depois eu escrevi um livro que até hoje não está publicado em português, chamado *Democracy and Public Management Reform*¹⁵, que foi publicado pela Oxford University Press, em 2004.

O interessante é que essa reforma continua no Brasil, menos a nível federal, mas lá também ela continua, tem uma grande burocracia pública em Brasília ainda muito interessada nela. Diminuiu um pouco, mas nos estados, nos grandes municípios, elas continuam sendo realizadas. E os parâmetros que eu deixei continuam sendo amplamente utilizados, teses se fazem, de mestrado e doutorado, em cima das minhas ideias. Eu tenho no meu *site*, uma área lá chamada “Reforma da Gestão Pública”, desde 1995, que eu coloco documentos e informações sobre elas, quando calha, não dá para fazer uma pesquisa muito sistemática, mas tem lá o razoável, já. Isso foi uma experiência que me deixou muito conhecido em boa parte do mundo, graças a ela, mais do que como economista a nível internacional.

Mas durante o governo Fernando Henrique, eu fiquei muito decepcionado com o governo do ponto de vista econômico e nacional; o governo era absolutamente honesto, era um governo socialmente muito sério. Ele e a Ruth muito preocupados com os podres, e a parte social foi muito boa graças ao Fernando Henrique, à Ruth, ao Wilmar Faria, que teve um papel muito importante, o Paulo Renato, o Zé Serra; em outras áreas também, nos direitos humanos se fez coisas muito boas, mas na área econômica foi um desastre e na área nacional também foi um desastre. Eu disse isso ao Fernando Henrique, não exatamente que era um

¹⁵ *Democracy and Public Management Reform: Building the Republican State*



desastre, mas eu critiquei a política de câmbio que ele estava adotando, uma vez por mês, todos os meses, exceto no ano da reeleição. Depois da reeleição ele voltou, porque veio a grande crise da balança de pagamentos de 1998, ele me procurou para saber como estava a coisa, ele sempre me disse que na depreciação que ele fez, o único que deu o número certo de quanto precisava fazer de depreciação cambial em janeiro de 1999 fui eu. Ainda fiquei seis meses como Ministro da Ciência e Tecnologia, mas na primeira reforma ministerial que o Fernando Henrique fez, eu saí. Primeiro ele me pediu o cargo duas vezes e depois me disse que deixasse para mais tarde, para outro dia, mas aí eu falei que não queria; estava na hora de sair do governo e eu saí.

Aí comecei a fazer o trabalho principal que eu venho fazendo nos últimos anos, que é a crítica da política econômica que começa a ser feita em 1995, na verdade começa a ser feita em 1991, no segundo governo Collor, quando Marcílio Marques Moreira é feito Ministro da Fazenda e o Armínio Fraga, da PUC, se torna diretor do Banco Central. Naquele momento estava havendo uma mudança no Brasil, aquela crise econômica e política brutal do Plano Cruzado tinha como resultado final a mudança na coalizão política que dirigia o Brasil entre 1930 e 1986, que era formada fundamentalmente por empresários industriais e burocracia pública e com a participação – na fase getulista e juscelinista – dos trabalhadores que são excluídos no período dos militares.

A partir de 1991, até hoje o Brasil é um país dirigido por banqueiros, setor financeiro, rentistas que vivem de juros, grandes empresas que têm grandes capitais empregados em juros que querem taxa de juros alta e por empresas multinacionais que estão muito felizes com a taxa de câmbio apreciada, porque isso lhes permite mandar muito mais dólares ou euros para o exterior; e os interesses internacionais no Brasil, especialmente os mais ricos, que uma taxa de câmbio apreciada é ótima para eles. Isso estava acontecendo ali e o governo Fernando Henrique não foi capaz de enfrentar isso. E eu comecei a fazer a crítica, não pessoalmente ao Fernando Henrique, inclusive eu comecei a criticar a América Latina como um todo, etc. Essa crítica melhorou de nível quando o Nakano volta da experiência do governo Covas – nos outros ministérios ele sempre trabalhou junto comigo, quando fui para a Administração eu o indiquei para a Fazenda de São Paulo e o Covas aceitou, e depois me agradeceu várias vezes por eu ter indicado o Nakano para ser seu



secretário. Em 2001, ele volta para a GV, fazemos uma associação e escrevemos dois *papers* importantes: um de crítica à taxa de juros, outro de crítica à taxa de câmbio, e a partir daí eu passo a trabalhar intensamente nesse assunto, no assunto macroeconômico, digamos.

DP: Isso é depois da saída do governo?

LCB: Eu comecei a trabalhar, já em 1999, mas melhorou o nível do meu trabalho em 2001, por causa da ajuda do Nakano. Em 2004, acontece uma coisa interessante: eu tinha sido convidado para ser professor visitante em Paris, na *École d'Hautes Études en Sciences Sociales*. E eu estou lá dando uma entrevista semelhante a essa para o Afrânio Garcia e o Hélijo Trindade, que estavam fazendo uma pesquisa grande sobre intelectuais latino-americanos e seu percurso internacional. E lá numa pergunta qualquer que eles fazem, eu respondo, muito no bate pronto: “Mas eu não sou da Escola de Sociologia de São Paulo, eu sou do ISEB”. Eles tomaram um susto, eu quase tomei um susto junto com eles. É um susto, porque para mim era muito óbvio, minha forma de ver o Brasil, eu havia aprendido primeiro com meu pai e com meu tio, mas depois, com o ISEB; de forma que quando eu fui entrar em contato com a Escola de Sociologia de São Paulo, em 1970, a escola já existia há dez anos pelo menos; eu já era uma pessoa formada, eu já tinha publicado meu primeiro livro em 1968 e realmente não comprei todas aquelas ideias. Tinha comprado amizade, tinha comprado as ideias de democracia e justiça social, mas não o diagnóstico do Brasil. Então o Afrânio me pede para eu fazer um seminário, eu acabo fazendo dois *papers*. O *paper* mais importante chama-se *Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência*, que é uma crítica bastante forte que eu vou fazer à Escola de Sociologia de São Paulo e à “teoria da dependência associada” do Fernando Henrique, que eu mandei imediatamente para ele.

DP: A Escola de Sociologia que o senhor diz é a Escola de Sociologia e Política?

LCB: Não, a chamada Escola de Sociologia de São Paulo é a do Florestan Fernandes e, portanto, do Fernando Henrique, do Ianni, do Weffort; é a escola de pensamento que vai pensar o Brasil a partir da teoria da dependência, na crítica ao



dualismo, na crítica à ideia da burguesia nacional. E o que a teoria da dependência associada no fundo dizia, muito sinteticamente, era... Porque aí eu vou reler as coisas do Fernando Henrique, porque eu sempre achei que aquela frase que haviam atribuído a ele, “Esqueçam o que eu escrevi”, era falsa. Eu me lembrava, mas eu fui ler especialmente o grande ensaio dele com o Faletto, de 1969 – em 1969 no Chile e em 1970 no Brasil – *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*; desenvolvimento, porque a dependência era deles, a dependência associada era muito boa, aí eu percebi com clareza, era uma crítica muito forte às teorias do ISEB e da CEPAL que viam o imperialismo como um inimigo, um adversário a ser enfrentado. Já a teoria da dependência associada diz que não há a burguesia nacional – aí não concluem explicitamente: logo a nação não pode haver –, mas não importa, porque o desenvolvimento está assegurado. É preciso dizer que essa teoria foi feita em pleno milagre, 1968-73, então parecia verdade que o desenvolvimento estava assegurado porque as multinacionais e a poupança externa vão garantir isso – já estavam investindo no Brasil e vão continuar investindo – isso, mais a dinâmica do capitalismo garantiriam o desenvolvimento. O problema é que esse desenvolvimento é injusto e autoritário e, portanto, precisamos de democracia e justiça social, o que era verdade, só que o desenvolvimento assegurado era um equívoco, a ideia de que você pudesse se associar ao império e pudesse aproveitar as frestas era uma tolice, era um equívoco, mas foi nisso que Fernando Henrique sempre acreditou e acho que acredita até hoje, foi isso que orientou o seu governo. Mas não só o seu governo, porque essas ideias dominaram o Brasil inteiro, de alto a baixo: dominou o PT¹⁶, o PSDB¹⁷, todos. Você é de uma geração que foi criada com essas ideias, eu já fui criado numa geração anterior. De forma que hoje pela manhã me convidaram para fazer uma exposição no Conselho Superior de Economia da FIESP. Eu já fui membro do primeiro conselho, mas como eu fui a favor da abertura comercial quando fui ministro, nossas relações se afastaram.

Mas foi ficando claro para mim que o Brasil não se desenvolve... Aquele primeiro grande artigo que eu escrevi em 1999, quando saí do governo Fernando Henrique, *Incompetência e construção de confiança na América Latina depois de*

¹⁶ Partido dos Trabalhadores

¹⁷ Partido da Social Democracia Brasileira



*vinte anos de quase estagnação*¹⁸. Eu estava dizendo ali que a política macroeconômica estava errada, era incompetente e que a política nacional estava errada, ao invés de pensarmos com a nossa cabeça, nós passássemos a buscar confiança junto aos nossos credores em Washington e Nova Iorque, fazer aquilo que eles mandavam e não aquilo que nós devíamos fazer e que, especialmente isso, levava a uma taxa de câmbio apreciada e uma taxa de juros alta que inviabilizava o desenvolvimento econômico do Brasil, que só interessava a eles. Então, a análise macroeconômica se junta à análise política. É isso que eu tenho feito nos últimos anos. Eu estou programando escrever um livro chamado *Nação e Competição*, mas o que eu fiz no ano passado e me deixou fascinado foi escrever um livro chamado *Macroeconomia da Estagnação* – que acabou de ser publicado – e que resume as minhas ideias sobre a macroeconomia brasileira e sobre a política brasileira em sentido amplo, sobre a mudança na coalizão política, e a necessidade de mudar outra vez. Se o Brasil quer voltar a se desenvolver, o Brasil só volta a se desenvolver se voltar a ser nação e, para isso é preciso uma coalizão política que precisa ser mais ampla e que certamente leve os empresários industriais como parte dela.

DP: O senhor é um otimista inveterado, um apaixonado pelo país, você faz uma genealogia das suas batalhas desde a década de 1950, eu acho que é muito interessante e é uma maneira de organizar a sua militância dentro da economia e da ciência política. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho: qual é essa batalha que o está mobilizando nesse momento e, apesar do seu otimismo, o que mais decepciona o senhor como cientista social no Brasil hoje?

LCB: Como cientista social o que mais me decepciona no Brasil é a profunda alienação dos intelectuais. Os intelectuais se alienaram lá nos anos 1970 com a teoria da dependência ou com o ciclo democracia e justiça social, não se alienaram da democracia e da justiça social e contribuíram para isso, mas depois isso se esvaziou, não dá mais para continuar distribuindo renda através do aumento da carga tributária, e eles estão absolutamente sem nada a dizer ao Brasil, são profundamente alienados em relação ao nacional. Isso se espelha na sua produção,

¹⁸ “Incompetência e Construção de Confiança por trás dos Vinte anos de Quase Estagnação da América Latina”



que é em grande parte irrelevante, ciência normal, *second-rate*; segundo, se espelha no *Qualis*, que dá pontos aos *papers* publicados em revistas, se você publica em revistas estrangeiras; você tem três vezes mais pontos se for em uma revista estrangeira do que uma revista brasileira, isso significa que nós estamos estabelecendo como padrão de toda a produção das ciências sociais do Brasil os padrões americanos, fundamentalmente, ou estrangeiros em geral, o que é um absurdo. Se fosse isso para a física ou a matemática tudo bem, mas para as ciências sociais é um escândalo. E também as suas grandes reuniões anuais, ANPOCS¹⁹, ANPEC, e os convidados são sempre estrangeiros para fazer as grandes conferências, como se eles tivessem a verdade para esses matutos aqui aprenderem. Que tragam alguns, tudo bem, mas que tragam os brasileiros também. Então é uma alienação muito grande, muito maior que a dos empresários, porque os empresários são muito mais limitados intelectualmente por definição, não é a atividade deles, mas eles são pessoas que têm o bolso e o bolso deles ensina os seus interesses, e seus interesses se identificam com o mercado brasileiro, com a nação brasileira, eles acabam... especialmente os empresários industriais, e também estariam os empresários agrícolas se não tivessem certas vantagens no momento – o que eu chamo da doença holandesa – mas esses empresários, então, podem ser uma base para a nação brasileira, como os próprios trabalhadores, que esses não têm alternativa, porque o grande drama do Brasil é que as suas elites... Enquanto nos Estados Unidos ou na França, eles podem brigar entre si, com o povo, mas não têm alternativa senão fazer alianças entre eles; aqui, não; aqui as nossas elites empresariais e intelectuais podem fazer a sua aliança com o povo, mas tem a opção de fazer alianças com as elites correspondentes dos outros países. Os nossos intelectuais, por exemplo, fizeram alianças com os intelectuais estrangeiros, e não com o povo brasileiro, isso é óbvio a meu ver, hoje, isso é profundamente decepcionante. Mas eu não sou pessimista, não vou ser pessimista nunca. Eu acredito no progresso, eu sou iluminista se você quiser, acho que toda essa crítica ao iluminismo está equivocada; eu creio que a cada cinquenta, cem anos, o mundo é melhor; ou seja, os grandes objetivos que foram sendo gradualmente definidos nas sociedades modernas: a segurança sempre foi um objetivo político de todas as

¹⁹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais



sociedades; mas depois a liberdade no liberalismo no século XVIII; depois o desenvolvimento econômico no XIX com a revolução industrial; a justiça social com as ideias do socialismo na segunda parte do século XIX e, fundamentalmente, na segunda metade do século XX, o ambientalismo, a defesa do meio ambiente. Esses cinco são os objetivos. E se eu analisar esses objetivos, todos os países que passam pela revolução capitalista melhoram os cinco objetivos. Eu entendo que o socialismo não é um modo de produção hoje, isso está muito claro para mim, hoje. O estatismo é um modo de produção sem condição de eficiência, mas o socialismo nunca foi – e não creio que será pelo menos no futuro que eu posso perceber – um modo de produção; na verdade, ele é uma ideologia. O capitalismo produz quatro grandes ideologias: a ideologia do liberalismo pela liberdade, a ideologia do nacionalismo pelo desenvolvimento econômico a nível nacional, a ideologia do socialismo pela justiça social, e agora a ideologia do ambientalismo pela proteção da natureza. Então você tem que calibrar essas quatro ideologias.

Eu continuo sendo otimista porque eu vejo que esses quatro objetivos são melhores a cada cinquenta anos. O Brasil hoje, apesar de todas as críticas que nós fazemos à sociedade em que vivemos, sob esses cinco critérios é muito melhor do que era a cinquenta, cem anos atrás. Portanto, eu não creio que haja razão para ser pessimista. A gente chega lá. Atualmente, como nós perdemos a ideia de nação, voltamos à condição de semicolônia, nós estamos na rabeira do crescimento, mas assim mesmo crescemos; há, assim mesmo, um progresso, um progresso de rabeira, de quem chega por último.

DP: Mas quais são as balizas que o senhor considera que são fundamentais para se retomar essa ideia de projeto?

LCB: O fundamental é que a ideia de nação volte a ser importante para os brasileiros. Isso depende muito dos empresários, dos intelectuais, dos políticos e de um presidente que resolva liderar isso. Parece que o Lula não vai ser, mas podia ser; o Serra podia ser, mas não sei se ele vai ser presidente. Enfim, é preciso. Há a necessidade de uma liderança política, ela poderá aparecer um pouco antecipando-se à sociedade, e este será um estadista, ou ela poderá aparecer porque a sociedade está sentindo a necessidade da volta da ideia de nação. Quando eu falo



com as pessoas, quando eu faço palestras, há uma reação muito positiva, como se fosse uma espécie de descoberta. Eu já vi outras pessoas começarem a fazer discurso, eu vi hoje no jornal um professor da PUC fazer um belo discurso nessa direção, porque só uma andorinha não faz verão.

DP: Professor, eu vou pedir para o senhor pensar junto conosco - essa é sempre uma questão que colocamos ao fim dos depoimentos - porque a Biblioteca está passando por um processo profundo de restauro, de modernização, ela está buscando resgatar a importância que ela teve nas décadas de 40, 50, 60. O que o senhor acha desse movimento de revitalização do centro e como a Biblioteca pode readquirir a sua vocação cultural e catalisadora?

LCB: Eu acho que o projeto de revitalizar a Biblioteca é fundamental para São Paulo e para o Brasil, mas eu acho que ele não faz parte da revitalização do centro. Eu acho o projeto de revitalização do centro muito importante, do qual esse faz parte, mas... São duas coisas correlacionadas, mas independentes; a Biblioteca é uma biblioteca muito importante para São Paulo e para o Brasil, precisa voltar a ser uma biblioteca dinâmica, cheia de gente e, para isso, além da reforma, além da ampliação – eu sei que já tem um prédio novo –, tem que ter outros prédios, senão não vai caber só nesse prédio novo. É preciso atualizar o seu acervo, é claro que um acervo clássico é muito importante para uma biblioteca – e essa tem um belo acervo clássico, muito importante – mas para a biblioteca realmente funcionar é preciso ter um acervo atualizado.

Eu sou nacionalista, mas isso não quer dizer que eu não acredite na cooperação internacional e acredito em aprender com os outros, claro. Acho que há uma maravilhosa biblioteca municipal que é a Biblioteca de Nova Iorque, a da Rua 42, uma maravilha de biblioteca, e atualizada, eficiente, e eu sei que ela ocupa vários prédios em volta dela. Então vocês olhem para aquela biblioteca. Eu já sei que é um projeto do município, tinha que ser também um projeto do estado; há projetos que não são só municipais, essa biblioteca pode ser pensada como uma biblioteca metropolitana, é a grande biblioteca central do estado de São Paulo, como a Biblioteca Nacional é a grande biblioteca central do Brasil e do Rio de Janeiro.



DP: O senhor foi presidente da Associação de Amigos da Cinemateca Brasileira?

LCB: Sim, eu fui presidente e sou membro do conselho da Cinemateca até hoje.

DP: Qual a importância desse tipo de agremiação para o funcionamento de instituições como essa, como a Cinemateca?

LCB: A Biblioteca ainda não se transformou em organização social?

DP: Ainda não, por enquanto ela é um Departamento.

LCB: A organização social pode ajudar um pouco mais. Mas, evidentemente, associação cultural ou sociedade de amigos... Uma biblioteca como essa é responsabilidade do Estado, não do Federal, mas do Municipal e do Estadual. O prefeito e o governador deveriam se interessar por ela, deveriam dar recursos para ela de uma maneira muito sistemática. Ela devia ser colocada – o Serra que não me ouça – no orçamento do Estado de São Paulo. No conselho dela deveriam ter representantes do governador, além dos do prefeito. Ela deveria continuar uma Biblioteca Municipal, o nome está bonito, etc., mas isso não quer dizer que não tem o estado participando também. A sociedade de amigos ajuda, mas não substitui. O dinheiro mesmo vem do Estado, porque a capacidade que uma biblioteca tem de fazer receita própria é muito pequena e de receber doações também é muito pequena; de forma que, se a educação é fundamental, se a cultura é fundamental, então essa Biblioteca tem um papel muito importante para o Brasil. Tudo bem que há outras bibliotecas em São Paulo, mas essa pode ser a grande biblioteca geral e deve ser essa. Essa deve ser a biblioteca que sempre que a gente pensar num livro qualquer tem aqui, enquanto que as outras são bibliotecas especializadas, essa tem que ser uma biblioteca geral e muito boa em todas as áreas; não é fácil, mas é perfeitamente viável e a Cidade e o Estado de São Paulo têm condições perfeitas de participar disso.

DP: Professor, gostaria só de finalizar perguntando para o senhor quais são os livros e filmes – eu sei que o senhor é um cinéfilo inveterado, assiste, faz resenhas dos



filmes, estão todas no seu *site* – então quais os livros e filmes que o senhor revisita com regularidade, que foram importantes e são importantes?

LCB: Eu sou ruim para responder essas coisas, mas há um filme que eu acho maravilhoso que eu sempre gosto de rever que é *O Leopardo*, do Antonioni, não; do Visconti, que é maravilhoso. Eu revi recentemente uma coisa extraordinária que é o *Oito e Meio* do Fellini, mas há muitas outras coisas, eu sou péssimo para...

DP: E os livros, professor? Sérgio Buarque e Caio Prado parecem que estão sempre no seu currículo...

LCB: Está na minha leitura, mas o grande livro sobre o Brasil é *Casa Grande e Senzala*, depois disso é a *Formação Econômica do Brasil* do Celso Furtado, esses dois são os grandes livros, o livro do Sergio Buarque também é uma beleza de livro, muito importante, mas esses dois para mim são os livros chaves sobre o Brasil. E o livro mais extraordinário da literatura brasileira é o *Grande Sertão: Veredas*. Mas eu não estou lendo tanto como eu devia não... Eu vou mais ao cinema do que leio romance atualmente, o que é uma tristeza, mas não dá tempo, isso reduz, porque o romance tem coisas que o cinema não tem, a gente precisava ler também romance.

DP: Muito obrigada, professor, agradeço muito em nome da Biblioteca a presença e esse lindo depoimento que o senhor nos concedeu.

LCB: Muito bem, muito obrigado.